



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - 1ª quinzena de julho de 2010 - # 33- www.sindipetrolp.org.br

Movimento Sindical

Sindicatos unificam luta para barrar abusos contra terceirizados da Petrobrás

Coibir os abusos cometidos pelas terceirizadas através da unidade do movimento sindical. Foi com este espírito que o Sindipetro-LP recebeu, no dia 21 de junho (imagem ao lado), os representantes dos sindicatos da Construção Civil, Metalúrgicos, Vigilantes e Serviços de Limpeza que atuam na Baixada Santista. O encontro teve sequência no último dia 7 de julho, também na sede do Sindicato.

Com mais de 240 mil trabalhadores terceirizados, o Sistema Petrobrás tem colecionado casos de terceirizadas que burlam leis trabalhistas, desde o não pagamento de encargos sociais (FGTS e INSS) até a aplicação de funções e jornadas de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Para combater essas irregularidades e, ao mesmo tempo, pressionar a Petrobrás e Transpetro a se responsabilizarem por esses desvios, os dirigentes traçaram ações conjuntas para fortalecer a luta pelos direitos dos trabalhadores. Um exemplo concreto dessas novas medidas foi a participação dos sindicatos citados acima na última negociação do Sindipetro-LP com a Transpetro (ler matéria na página 03) e a mobilização conjunta do Sindipetro-LP e Metalúrgicos em frente ao portão 10 da RPBC, no último dia 7 de julho. O objetivo foi exigir medidas imediatas para os pro-

blemas enfrentados pelos trabalhadores terceirizados.

Dentre as resoluções tomadas no último encontro, está o envio de ofício conjunto às gerências das unidades da companhia (RPBC, Alemoa, Pilões, UO-BS). A intenção é estabelecer prazo para que sejam dadas respostas às pendências que se acumulam desde a penúltima reunião.

Além disso, o documento comunica o estado de greve após 72 horas do recebimento do ofício, com possibilidade de paralisações. Outro passo definido é a divulgação através de jornal impresso de todas as demandas, reivindicações e denúncias feitas pelos terceirizados. Esses materiais serão distribuídos a todos os trabalhadores das bases envolvidas.

Nesta edição, divulgamos diversas irregularidades cometidas pelas empresas que prestam serviço nas áreas descritas acima.

A gravidade dos problemas apontados teve como consequência a união de forças entre as representações sindicais, que já apontam novos caminhos no sentido de fortalecer sua atuação. Dentre elas, a consolidação de uma mesma data-base a todas as categorias que prestam serviço nas bases da Petrobrás na Baixada Santista, além da adesão de outros trabalhadores, forçando os seus sindicatos a participarem do conjunto.



LEANDRO OLIMIO

Fundacentro é fechada

Importante instrumento de defesa à saúde do trabalhador, a regional da Fundacentro da Baixada Santista foi fechada. O fato foi comunicado ao Sindipetro-LP em 1º de julho e com isso soma-se a uma série de medidas de precarização dos trabalhadores impostas pelo Governo Federal.

A medida foi recebida com surpresa pelos próprios funcionários do órgão, que esperavam há muito tempo inves-

timentos na infra-estrutura um tanto precária da regional.

Além de atuar na promoção da defesa da saúde e segurança da classe trabalhadora, a Fundacentro também é responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e por ações educativas como cursos, palestras e congressos. Com a notícia do fechamento, a região perde um aliado de peso na batalha diária por melhores condições de trabalho.

A greve é um direito dos trabalhadores

A Lei de Greve nº 7.783/89 contém alguns requisitos para a legalidade do movimento paredista sindical. Um deles é a produção e distribuição de gás e combustíveis, considerada atividade essencial (art. 10, inciso I da lei acima).

Para a greve ser considerada legítima é preciso que nas atividades essenciais o empregador tenha sido avisado com 72 horas de antecedência. O mesmo vale para suspensão coletiva temporária e pacífica, seja total ou parcial.

No período de greve há a "suspensão" do contrato de trabalho e com isso o empregador perde seu poder hierárquico. Por outro lado, o pagamento deste período não estará no rol de obrigações de empregador. Assim, as horas trabalhadas e dias parados

deverão ser negociados em ACT ou através de decisão da Justiça do Trabalho. Durante a greve não é permitido rescindir o contrato de trabalho e contratar trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas pelos artigos. 9º e 14, sendo que o último se refere ao abuso de direito de greve e a inobservância das normas contidas na Lei de Greve, bem como a manutenção da paralisação após celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

Caso a greve seja considerada abusiva pelo judiciário, os dias parados não serão remunerados. Entretanto, embora não exista lei neste sentido, se for considerada legal o Tribunal de São Paulo tem determinado o pagamento dos dois dias parados e ainda concedendo estabilidade de 90 dias

aos grevistas. É importante frisar que tais condenações não estão garantidas por lei, ao contrário, sendo criadas pelo Tribunal através de seu poder normativo, inerente aos Dissídios Coletivos, podendo ser alterado este entendimento.

Por outro lado, a "banalização" da greve, ou seja, sua realização como ato primeiro, sem a observância dos requisitos necessários, dentre eles assembleia geral aprovando o movimento, acarretará em sua declaração de abusiva, podendo gerar não pagamento de dias parados, e até mesmo penalidades aos trabalhadores.

A greve é um direito de autodefesa dos trabalhadores, consagrado através da história e pelo ordenamento jurídico vigente, para poderem fazer frente ao desequilíbrio gerado pelo poder econômico.

Porém, esse argumento não serve para eximir, aqueles que desse recurso lançam mão, da observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie.

Sendo legal a greve, é garantido o uso de meios pacíficos para convencer os trabalhadores a aderirem a greve, assim como a arrecadação de fundos e divulgação do movimento. Contudo, os grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano a propriedades ou pessoa.

No caso da empresa é proibido o uso de meios para forçar os empregados a trabalharem, nem tão pouco adotar meios para frustrar a divulgação do movimento. O Departamento Jurídico está à disposição para possíveis dúvidas.

Coluna do Jurídico



Editoriais

Sindicato não aceitará práticas anti-sindicais

O sindicalismo combativo sempre foi uma marca do Sindipetro-LP. Neste sentido, não podemos aceitar qualquer tipo de intimidação ou ingerência por parte da empresa. No último mês de junho, recebemos ofício da Petrobrás que carrega a tentativa de impedir a legítima ação sindical em nossa base.

A gerência de Recursos Humanos da UN-BS afirmou que diretores do Sindicato não cumpriram os preceitos da "boa prática sindical". Termos como "tratamento desrespeitoso" e "atitude antiética" foram usados de forma subjetiva, afinal foram sustentados em seu Código de Ética – instrumento usado pela empresa como aparato repressivo.

A questão é: em quais valores a empresa se baseia para definir o que deve ser ou não uma boa prática sindical? De nossa parte, fazemos questão de reforçar que a "boa prática sindical" está atrelada a uma atuação independente, baseada nos interesses da categoria e em nosso Estatuto, vinculado às resoluções da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A Convenção 87 da entidade, que possui uma série de garantias para o livre funcionamento das organizações sindicais, é clara em defender a liberdade sindical como di-

reito fundamental dos trabalhadores.

Com essa atitude, que só podemos interpretar como uma prática anti-sindical, a empresa expõe de forma clara sua intenção de intervir na atuação do Sindicato. Não admitiremos nenhuma atitude de que, direta ou indiretamente, cerceie nossa liberdade sindical. O Sindipetro-LP continuará comprometido na defesa pelos direitos dos trabalhadores.

No ofício enviado a empresa usou a figura de diretores para realizar um ataque ao Sindicato. Esperamos que esta postura não seja o início de uma série de medidas para arquitetar, ainda que veladamente, restrições à nossa independência.

Ironicamente, o **queixoso** que denunciou a "postura antiética" das representações sindicais tem aplicado frequentes intimidações a inúmeros petroleiros. A intenção é denegrir a imagem do Sindicato. Deixamos claro que jamais abriremos mão da luta contra os abusos cometidos pelas gerências e repudiamos as perseguições e represálias cometidas pela empresa.

Ademir Gomes Parrela
Coordenador do Sindipetro-LP

Manifesto contra o racismo na Petrobrás e no Mundo

Um mal enraizado na sociedade há séculos, o racismo precisa ser combatido dia a dia. Aprovado em junho no Senado, o Estatuto da Igualdade Racial (PL 6264/2005) é hoje o maior mecanismo de luta contra as discriminações raciais e pode ser considerado o desencadeamento de cinco leis criadas nos últimos vinte e cinco anos para coibir e punir ações discriminatórias.

Na lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, o artigo 1º possui a seguinte redação: "Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa". No artigo 2º, parágrafo 3º, está descrito que "se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem. Pena: reclusão de um a três anos e multa".

Mas as discussões não estão restritas à legislação. Sozinhas, as leis não terão força para extinguir o racismo. É preciso, antes de tudo, atingir um novo patamar de consciência. Mesmo com o amadurecimento das discussões, o avanço na luta pela igualdade racial não passa apenas pela criminalização dos atos discriminatórios.

Além de ser um ato de desrespeito, o racismo carrega valores ideológicos que desempenham um papel determinante na consolidação da desigualdade social e dos mecanismos de opressão através da criação de uma hierarquia

de raças. A Alemanha nazista de Hitler e o Apartheid, na África do Sul, são exemplos gritantes.

Aprofundar as discussões é determinante para que a defesa por uma sociedade mais justa não fique restrita aos discursos "politicamente corretos" vistos com frequência no campo político. Pontos de grande polêmica, como a cota para negros em universidades, expõem o quanto o tema é controverso e reserva tabus. A luta deve ser por uma mudança real na postura das pessoas.

O Sindipetro-LP é contra qualquer manifestação de racismo, seja no Sistema Petrobrás ou na sociedade em geral. Atos discriminatórios devem ser denunciados e punidos. Por isso, cabe a nós como Sindicato denunciar aos órgãos competentes o descumprimento das leis que tratam de crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor.

Cronologia da legislação

- Lei CAÓ (nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985)
- Lei nº 7.716, de 5 de janeiro 1989
- Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990
- Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997
- Projeto de Lei nº 6264/2005 – Estatuto da Igualdade Social

Ademir Gomes Parrela
Coordenador do Sindipetro-LP

Petrolino mete bronca

Cadê a qualidade?

Qualidade só no nome. Essa é a Qualiman, que vai dando adeus à RPBC mas não esquece de ferrar trabalhador. É salário atrasado, INSS que não é pago. E o pior é que tanto pra empresa quanto pra Petrobrás, o problema tá na força de trabalho. "Ah, eles não produzem o suficiente". A empresa não cumpre a lei, a Petrobrás finge que não vê e o trabalhador que tá errado? Mais uma terceirizada que vai dar trabalho pra pagar rescisão!

Se pegar fogo...

A coisa tá feia no Tebar. É raridade petroleiro com habilitação pra dirigir a viatura da Brigada de Incêndio. Não faz muito tempo a empresa pagava o curso pro pessoal, mas agora nem toca no assunto. Diz que operador não pode fazer, porque não é função dele. Até aí tudo bem. Mas e enquanto isso? O pessoal de SMS só trabalha em ADM. Se pegar fogo fora do expediente, salve-se quem puder!



E vai virar submarino

Tem rebocador da Petrobrás em São Sebastião (S.S) que vai virar submarino. Os dois estão abandonados e um deles já tá pra lá de Bagdá, quase afundando. Na minha época não era assim, não! A solução? Pra empresa, é simples: vamo terceirizar. Enquanto deixa os dois rebocadores "a ver navios", tá alugando quatro rebocadores. O preço? "Só" R\$ 15 mil a diária, por cada um deles. Estranho...

Tá tudo errado...

Não faz nem dois meses que inauguraram 2 linhas novas no Terminal de S.S, mas até agora tão parada. Disseram com a maior cara de pau que esqueceram de fazer o cálculo estrutural. Se colocar produto na linha, é arriscado o píer desabar. E por falar em píer, a bomba elétrica que tá ali há uns quatro anos pra incêndio não funciona. Enquanto isso, tá lá a céu aberto exposta à maresia.

... E pior, sucateado

A situação das embarcações do CRE em S.S não tá nada boa. Elas não passam por docagem (manutenção) há mais de cinco anos. E olha que a orientação da Marinha é que não ultrapasse o período de dois anos e meio.

ACT virtual?

É, minha gente... Se de um lado a Transpetro gasta uma grana alta pra comercial em horário nobre, de outro tem dó de gastar com coisa importante: o ACT. Bem que o Sindicato cobrou os cadernos, mas pros nossos direitos a empresa fecha a mão. Sabem o que eles falaram? "O custo é muito alto. Disponibilizamos o ACT em nosso site". ACT virtual aí é demais.

Vigel tá de sarro com o pessoal

Não é de hoje que a Vigel nega um reajuste no vale refeição dos seus trabalhadores. Esses dias falou que ia aumentar, mas depois voltou atrás. A empresa insiste em dar R\$ 13,50 por dia, sendo que em Santos a comida tá pra lá de salgada.

Custa em torno de R\$ 20,80, a média mais cara do Sudeste! E a empresa tem coragem de dizer que o valor atual "é suficiente para que o colaborador faça sua refeição com qualidade". É brincadeira!

Terrorismo, não!

Por falar em Vigel, na Agência Marítima da Petrobrás os trabalhadores da terceirizada tão sofrendo. Desde janeiro, são ameaçados de demissão pelos motivos mais absurdos, não recebem hora extra e são forçados a assinar a folha de ponto em branco. E tudo isso por pressão da própria Petrobrás!

"É tudo provisório"

Na UTGCA, a nova mania da empresa é justificar tudo quanto é problema dizendo que a situação é provisória. Pra falta de banheiro feminino? É provisório. Pra falta de computador pra rapaziada trabalhar? É provisório. Enquanto isso, tão judiando dos petroleiros pra cumprir os prazos sem nenhuma estrutura. O perigo é esse tal de "provisório" virar procedimento padrão.

Virou bagunça

A terceirização na Transpetro tá uma zona. A peãozada tá cansada de tomar calote. Não é por nada não, mas tá chegando a hora de parar tudo. Só assim pra ver se a empresa respeita os trabalhadores.

Diz uma coisa, faz outra?

A Alema jura de pé junto que não tem banco de horas, mas quer que os mecânicos da casa trabalhem na folga de sábado pra depois compensar? Essa história tá estranha.

Ditador da Alema

Fica assim agora ó:

É ele quem manda e ponto final. Essa é a postura: altera o pessoal de função e de setor sem consultar ninguém. E olha que não é de hoje. A "ética" que a empresa tanto valoriza por aquelas bandas anda um tanto distorcida. Pode esperar, que o resultado vai aparecer na pesquisa de ambiência. Tô de olho nesses Pinochet da vida!

Cadê o uniforme?

Os borrachos chegaram já faz duas semanas, mas até agora nada de uniforme. E aí Alema, vamu ter que fazer vaquinha pro pessoal poder ir pra área?

Negociações nas unidades: fique de olho em seus direitos e denuncie

RH TRANSPETRO

O Sindipetro-LP e os sindicatos dos Metalúrgicos, da Construção Civil e dos Vigilantes entraram em negociação com o RH da Transpetro na terça-feira, 22 de junho. O objetivo principal foi exigir melhores condições de trabalho e o fim dos abusos cometidos aos petroleiros terceirizados da Transpetro, empresa com maior número de denúncias trabalhistas quando o assunto é terceirização. Já há muito discutidos, reivindicados e negociados, os problemas sofridos por esses trabalhadores são recorrentes e se arrastam sem uma solução concreta por parte da Petrobrás, co-responsável pela maior parte das denúncias levantadas pelos trabalhadores.

Por isso, os sindicatos representantes das funções se uniram ao Sindipetro-LP para exigir mudanças na postura da empresa. Além de soluções para o não pagamento das rescisões e salários pelas contratadas WGS, ACF, Engedep e Vise, e outras pendências trabalhistas, foi exigida a definição do GHE (Grupo Homogêneo de Exposição) das contratadas e a relação das que podem executar tarefas com exposição aos riscos do benzeno (com nomes, RG e função dos empregados

em cujos ASO deverá constar que trabalham em ambientes com hidrocarbonetos, destilados, aromáticos e BETX). Ainda cobramos da Transpetro a garantia de plano de saúde e exames periódicos aos terceirizados.

Já sabendo que haviam sido realizados cursos e exames periódicos para os petroleiros em dias de folga, o Sindicato questionou a empresa se esses dias não seriam pagos em horas extras. O RH afirmou que não poderia garantir aos trabalhadores o pagamento das horas extras, mas disse também não garantir que nunca sejam realizados cursos ou exames periódicos nestes dias. Afirmou ainda que, com relação ao curso de ambiência ocorrido em dia de descanso, foram dados dois dias de folga, caracterizando banco de horas. Sabemos que o ACT não prevê banco de horas e essa prática vai contra os direitos dos trabalhadores petroleiros. O RH afirmou que irá verificar a situação.

Outra reivindicação é o cumprimento do DIP que estabelece a obrigatoriedade do envio de informações quanto ao teor de benzeno nos certificados de análise dos produtos já que, por exemplo, o óleo de Tupi tem 22% de hidrocarbonetos aro-

máticos, portanto benzeno, e ainda não foi certificado. Foi cobrado também que a relação dos GHE no PPEOB seja discriminada por nome, e não grupos como tem sido feito, para garantir que os exames sejam feitos de fato pelos petroleiros que são expostos aos riscos.

Mais uma vez, foi enfatizado o absurdo de o Terminal de Pilões não ter um Ambulatório para tratamento emergencial e atendimento dos petroleiros primeirizados e terceirizados. A empresa respondeu que não há espaço físico para a implantação, mas pretende estudar o caso.

Após ser questionada, a Transpetro informou que a campanha de vacinação contra a gripe sazonal e a H1N1 está parada devido à falta de vacinas no mercado. Afirmou ainda que está providenciando a compra e espera concretizá-la até o fim de julho - prazo para vacinação já que após a data não há mais risco de contágio.

RH RPBC

No dia 21 de junho, o Sindipetro-LP sentou à mesa de negociação do RH da RPBC para cobrar da empresa as seguintes respostas: quanto à bomba danificada da Estação de Tratamento de Esgoto

(ETE 2), informou que uma consultoria foi contratada para fazer o diagnóstico das medidas necessárias para corrigir os problemas que durante mais de uma semana causaram transtornos aos petroleiros em plena hora de almoço. Enquanto isso, mais uma vez a empresa lança mão de ações paliativas. Cobramos uma solução imediata para este problema.

Sobre as possíveis câmeras no restaurante foi informado que a o estudo é para que a instalação seja na escadaria de acesso. Quanto aos técnicos da Rnest foi informado pela sede que os direitos vinculados ao primeiro ano de estadia na RPBC seriam repetidos no segundo ano. Foi solicitado informação sobre 4 terceirizados que foram demitidos após acidentes.

Na sede foi cobrada uma posição sobre o aproveitamento dos aprovados no Concurso de 2010 que deveriam ficar no cadastro de reservas por, pelo menos, dois anos. Aguardamos a resposta.

Reivindicamos ainda o aumento no número de vagas na academia e transporte, além da troca do ar-condicionado da URA, que já passou por várias manutenções.

Mais denúncias e reivindicações da categoria

UO-BS

MEXILHÃO

- Cobramos substituição do código que caracteriza falta não justificada aos petroleiros de PMLX que não embarcaram no dia do movimento de 28 de abril. Existe código correto para participação em manifestações sindicais. Cobramos a aplicação deste código.

UTGCA

- Empresa não oferece café da manhã e lanche no turno de 12 horas. Já existe padrão normativo sobre o assunto, mas até agora a gerência está sendo omissa com o direito do trabalhador.

- Ausência de local apropriado para as refeições (não existe refeitório).

- Ausência de armários para os funcionários guardarem seus pertences.

- Necessidade de lavar uniformes em casa (descumprindo padrão de qualidade do EPI, NR 6) e de ir trabalhar uniformizado porque não existem vestiários.

- Falta de banheiros e sanitários, conforme exige norma NR.

- Não existe local próprio para o grupo da operação. Não existe local para preenchimento de PT, Aplat, etc. O trabalhador é obrigado a ficar na chuva e no sol por 12 horas.

- Gerência solicita apresentar desvios/incidentes atrelados ao GD para que meta seja atingida, mas as unidades em construção não apresentam condições mínimas de segurança.

- Gerência realiza movimentação do pessoal fora do prazo mínimo de 72 horas, fazendo com que o funcionário trabalhe na folga e não pague hora-extra, usurpando o direito do trabalhador.

- Desrespeito às cláusulas de transferência. Transferiram o pessoal no dia 1º de julho, mas só fizeram apresentação conforme tabela. Categoria foi forçada a trabalhar em ADM (sendo que estamos em regime de turno) e obrigada a assinar documentos, afirmando que dispensa os direitos de viagem e vale alimentação.

- Não foram feitos cursos de PDRH por motivo de não pagamento de horas extras (se o petroleiro estiver de

folga, não pode fazer os cursos em que você já está inscrito); não foram pagas as horas extras geradas em viagens pela empresa.

- Cobramos esclarecimentos sobre o regime de trabalho dos técnicos de manutenção. Se vai haver Regime Especial (RE) para nove, por que não se implanta todos neste regime? A diferença (nove em RE e a maioria em ADM sobreaviso) gera problemas de ambiência e relacionamento.

COMPARTILHADO

- SPO não está cumprindo a norma PE-0V4-00005-D, referente às diárias de viagem. Cobramos esclarecimentos para verificar a aplicação deste direito.

- A empresa Vigel havia firmado compromisso de seguir ACT e reajustar o auxílio alimentação. No entanto, os funcionários receberam comunicado afirmando que o reajuste não será feito.

TERMINAL ALEMOA E PILÕES

- Horas extras: Transpetro segue a

política de não remuneração extra em casos de cursos fora do horário. Na reunião ficou definido que o pagamento das horas do turno seria feito, mas no ADM não ficou claro.

- Petroleiros que entraram no concurso de 2006 e não foram reclassificados como pleno (esse pleito já foi respondido. A empresa diz que não podem ser reclassificados porque não estão dentro dos padrões do PCAC, mas há uma indignação geral).

- Engedep ainda não realizou o pagamento das rescisões para o pessoal o lance já corre a mais de três meses e essa rapaziada já tinha tomado o calor de uma antiga gata.

- Funcionários da WGS ainda não tiveram suas contas pagas. Empresa abriu falência e deixou toda força de trabalho com uma mão na frente e outra atrás.

- Trabalhadores da segurança estão sem receber FGTS e INSS. Na última reunião, a Transpetro garantiu que já estava regularizado. Conversando com os trabalhadores, constatamos que não!

UN-BS - EDISA I

Afastamentos e baixas no SPO não são mera coincidência

Há algum tempo os petroleiros e terceirizados dos Serviços Portuários (Edisa I) demonstram grande insatisfação com as relações entre superiores e subordinados no local de trabalho. Seja pelas reestruturações a contragosto dos trabalhadores, seja pela forma como são tratados, o problema se resume em super-

visores e aliados capachos que buscam ser mais realista que o rei. Buscam mudar a rotina do trabalho, implementar procedimentos que alteram a dinâmica já consolidada pelos trabalhadores e buscam um maior controle. Controle este que passa até por relatórios individuais para saber o que o petroleiro está fazendo a

todo momento. Já os capachos tentam fazer média com a corte e com a plebe. Esta situação não poderia levar a outro caminho se não ao adoecimento de uma parcela dos petroleiros em função da pressão, do stress e da fragmentação causada por esta prática gerencial. Já somam-se afastamentos, pedidos de

saída do setor, etc. Não se trata de mera coincidência e sim de algo arquitetado. O mais irônico é que isto acontece após a gerência ter implementado um plano de ambiência. Até consultores foram chamados para estudar a cabeça dos petroleiros. Como diria Petrolino, "vão estudar a cabeça dos chefes!!!"

Nota de repúdio

FNP denuncia ataques do Sindipetro-NF aos trabalhadores de Cabiúnas

O Terminal de Cabiúnas e 12 plataformas da base do Norte Fluminense não aprovaram a proposta de PLR 2009, oferecida pela companhia e defendida pelo sindicato fupista. Estas bases entendem que é possível arrancar uma proposta melhor, através da mobilização conjunta da categoria.

Estes trabalhadores perceberam que há algo no mínimo estranho no fato de que a PLR oferecida na segunda rodada de negociação

deste ano seja quase igual à conquistada no ano passado, após cinco dias de greve, com um lucro maior e um número de funcionários menor. Perceberam também que este ano poderíamos chegar mais próximos do que é a pauta histórica da categoria de PLR Máxima e Igual para Todos.

Diante de tal resultado o sindicato vem se utilizando de uma medida jurídica para atacar a base de Cabiúnas. Como a assinatura do acor-

do da Transpetro é feita separadamente, vem se utilizando disso para ameaçar não assinar um acordo da Transpetro, enquanto assinariam um acordo para os trabalhadores da Petrobrás.

A explicação desse brutal ataque é que a FUP vem suando a camisa para defender a proposta da empresa na sua base mais importante, o Norte-Fluminense. Nas bases operacionais o número de votos contrários à proposta atual de PLR foi superior a 1/3. Para recriminar e tentar domesticar os trabalhadores, o sindicato com esse ataque mesquinho tenta dar um exemplo à bacia e fazer com que nas próximas votações as bases votem não por aquilo que acham mais justo, mas que votem pelo medo da repressão.

A categoria petroleira é uma só, independente de que exista uma divisão na Petrobrás imposta por FHC. Seja Transpetro, ou seja Petrobrás, somos todos petroleiros. Se erramos, erramos juntos. Se acertamos, acertamos juntos. Tanto é assim que as 12 plataformas que votaram pela rejeição não ficarão sem acordo coletivo. Tanto é que quando a categoria precisou se mobilizar e fazer greve para lutar pelo dia de desembarque, o terminal de Cabiúnas (que sequer possui trabalhadores embarcados) es-

teve também na vanguarda dessa mobilização demonstrando a unidade da categoria.

Nós da FNP fomos e somos contra a proposta de PLR da empresa, pois acreditamos que nesse ano poderíamos ter conquistado muito mais. Mas isso de forma alguma significa que estamos a favor de uma única base se aventurar numa luta de forma isolada e sozinha. No entanto, os trabalhadores de Cabiúnas podem ter certeza que caso seja levada adiante a ameaça do sindicato de dividir a categoria e assinar acordos diferentes, abandonando o TECAB, nós da oposição estaremos na linha de frente da mobilização do conjunto da categoria. Chamamos a solidariedade do conjunto da bacia aos trabalhadores de Cabiúnas caso o golpe da direção do sindicato seja levado à frente. Apoiamos jurídica e politicamente por meio dos sindicatos da FNP e não deixaremos Cabiúnas lançada ao próprio destino.

A FNP propõe que as plataformas votem os seguintes encaminhamentos

- Contra o acordo diferenciado. A categoria é uma só. Que se assinem o mesmo acordo para Petrobrás e Transpetro

- Solidariedade e participação à luta dos trabalhadores de Cabiúnas, caso o sindicato prossiga com as ameaças

HONESTIDADE

Estagiário devolve dinheiro perdido



LEANDRO OLIVEIRA

Estagiário do Departamento Jurídico do Sindipetro-LP, Luís Felipe Pinto de Carvalho, estudante de Direito de 19 anos, acabou se transformando em mais um exemplo de honestidade no País. Luís encontrou R\$ 815,00 e mesmo sem ter pistas de quem havia perdido o dinheiro, praticamente o dobro de sua remuneração mensal, fez questão de devolver a quantia.

O fato, que ocorreu no dia 29 de junho, aconteceu no banheiro da sede do Sindicato. Foi ali que ele encontrou os R\$ 815,00. "Na hora, eu chutei pensando que era um pedaço de papel higiênico. Foi aí que eu percebi que era dinheiro". Sem saber o paradeiro do dono, Luís entregou a quantia à Cláudia Gomes, funcionária do Depto. Jurídico.

Neste meio tempo o dono do dinheiro, o coordenador do Sindicato, Ademir Gomes Parrela, tentava achar a quantia

perdida, que seria usada para o pagamento do financiamento do seu imóvel. Foi quando soube que haviam encontrado. Como agradecimento, deu a Luís R\$ 100,00. "Não foi ele que ganhou R\$ 100,00, fui eu que ganhei R\$ 715,00".

Esta é a segunda vez que Luís encontra uma alta quantia em dinheiro. A primeira foi nas dependências do SESC, quando tinha apenas 9 anos. Não sabia quem era o dono da carteira perdida, mas fez questão de devolver o objeto a um funcionário. Para o fato de ter devolvido os R\$ 815,00, Luís deu uma explicação simples. "O dinheiro não era meu. Nasci numa família que sempre lutou muito, que sabe o quanto é difícil, o quanto é suado conquistar R\$ 800,00".

Os casos de corrupção, sobretudo na política brasileira, se tornaram tão cotidianos que casos como este são admiráveis.

NOTAS RÁPIDAS

FUTEBOL SOCIETY

A partida entre as equipes do Grupo 2 e Grupo 5, que definirá o segundo finalista do Campeonato Society 2009 do Sindipetro-LP, acontecerá no próximo dia 24 de julho, às 11 horas.

Já a grande final, marcada para o dia 3 de julho, foi desmarcada e por enquan-

to não tem data definida. Vale da Vida já está garantido na disputa pelo título.

Enquanto isso, a quadra do Pé na Bola (Rua Professor Carlos Escobar, 118, Ponta da Praia) continua aberta ao tradicional rachão da categoria petroleira todo sábado, a partir das 11 horas.

SINDICALISTAS ASSASSINADOS

Cento e um sindicalistas foram mortos em 2009, um aumento de 30% em relação a 2008. A denúncia foi feita pela Confederação Sindical Internacional (CSI) durante a Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dos 101 sindicalistas mortos, 48 foram assassinados na Colômbia, 16 na Guatemala, 12 nas Honduras, seis no México, seis no Bangladesh, quatro no Brasil, três

na República Dominicana, três nas Filipinas, um na Índia, um no Iraque e um na Nigéria.

Segundo o relatório, não há surpresa no fato de a América Latina aparecer com o maior número de mortes. De acordo com a CSI a região paga mais uma vez o pesado tributo devido "ao clima de violência extremo", agravado pela crise econômica e financeira que reina na região.

Saudade

PEDRO VITORINO SOBRINHO

Um cozinheiro de mão cheia

Cozinhar era a especialidade de Pedro Vitorino Sobrinho, paraibano que alimentou por mais de vinte anos um batalhão de petroleiros da RPBC. Após a terceirização foi transferido para o almoxarifado, mas nem por isso esqueceu seus dotes culinários.



Pedrinho – como era chamado pela esposa com quem viveu por mais de quarenta anos – fazia questão de assumir a cozinha de casa aos domingos. Pai de um casal de filhos e avô coruja de duas netas, por vezes esquecia que o almoço era pra sua família e não para uma força inteira

de trabalho. "Sempre fazia uma panelada de comida, não sabia cozinhar pouco", recorda a filha, Maria Jaqueline, fã das pizzas preparadas pelo pai. "Mas o pessoal gostava mesmo era da feijoada e do mocotó que ele fazia", confessa.

Se em casa o talento era na cozinha, na rua o que mais gostava era de jogar conversa fora. Famoso por suas andanças diárias nas ruas do Jardim Castelo, Zona Noroeste, Pedrinho poderia facilmente ser o político do bairro. Entre uma compra e outra no supermercado volta e meia chegava atrasado em casa, pois não resistia a uma parada "curta" na casa de algum vizinho.

Na Petrobrás não foi diferente. Desde seu primeiro ano na empresa, em 1965, o que mais fez foi colecionar amigos e participar das atividades e movimentos do Sindicato. "Ele sempre gostou de ir em tudo quanto é reunião, acho que foi umas 500 mil vezes no Sindicato", brinca a filha.

Teimoso por natureza, sempre reagiu com vista grossa à preocupação da família com sua saúde. Mas no último dia 24 acabou falecendo, vítima de um infarto. Segundo a médica, seu coração já estava fraco.

De herança, Pedrinho deixa à família e amigos o sabor de uma vida pacata, temperada com altas doses de felicidade.